

## **O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O DISCURSO HUMANITÁRIO DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Michelle Fernandes Lima\*  
mfernandeslima@yahoo.com.br  
Ilson José Pereira da Luz\*\*  
ilsonluz@hotmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho de natureza teórica tem como objetivo analisar o discurso humanitário da inclusão das pessoas com deficiências propaladas pelo Banco Mundial. Em um primeiro momento tentamos desvendar as bases de sustentação do Estado Moderno e a qual classe o Estado está a serviço. Com as novas composições de forças o capitalismo cria novos mecanismos de dominação e inculcação ideológica. Dentro desta lógica o Banco Mundial torna-se o maior organismo financista em educação, nos países da América Latina, emprestando dinheiro e prestando assessoria técnica. Cria as condições necessárias para o surgimento de um novo *ethos*<sup>1</sup> voltado para o aprimoramento das competências de gestão e naturaliza a exploração e a dominação. A ênfase dada nas últimas décadas na diminuição da pobreza e na exclusão social são demandas específicas para a própria sobrevivência da organização societária que construímos. Neste mote as políticas educacionais são tensionadas a incluir na escola comum as pessoas com deficiências, tendo como premissas um viés econômico, alegando que as escolas especiais geram altos custos e beneficiam uma minoria de alunos. Todavia a ênfase é de um discurso humanitário e de igualdade de direitos e oportunidades apontadas pelo Banco Mundial e pelos seus interlocutores no Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** estado; Banco Mundial; inclusão de pessoas com deficiências.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Estado Moderno tem sua gênese conjuntamente com o desenvolvimento do comércio, as relações que geram lucro possibilitam o desenvolvimento do ordenamento legal, de um projeto societário que assegure a predominância da lucratividade. O Estado Burguês é pautado numa nova correlação de forças que legitima a exploração de uma classe sobre a outra, via ordenamento jurídico das relações de trabalho.

A partir de crises sucessivas do capital, criaram-se alguns organismos de alcance internacionais que entre seus objetivos, em um primeiro momento foi reconstruir os países devastados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e mais tarde passou a combater a pobreza e a exclusão social. Conforme Ferreira e Bogatschov (2016), as políticas

---

\* Professora doutora em Educação da Universidade do Centro Oeste do Paraná, Campus de Irati e do PPGE - Mestrado em Educação, Brasil.

\*\* Mestrando em Educação, professor da Escola de Educação Especial São Francisco de Assis em Bituruna, Paraná, Brasil.

<sup>1</sup>*Ethos* é uma palavra com origem grega. É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. O *ethos* também exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou de uma obra de arte, neste caso, nos referimos a palavra *ethos* como sinônimo de ideias dominantes.

educacionais, pensadas e gestadas neste âmbito internacional são acatadas e reforçadas muitas vezes pelo governo brasileiro.

Das várias políticas temos a Educação Inclusiva, que se delinea dentro da lógica do capital, vestindo uma roupagem humanitária e um discurso de igualdade de direitos.

Desta forma, o artigo está estruturado em três partes nas quais ainda que de forma insuficiente, analisamos os pressupostos do Estado Moderno, a criação de Organismos Internacionais e suas influências nas políticas educacionais no estado brasileiro. Dentre as várias políticas educacionais destacamos a educação especial e algumas tensões na lógica do capital.

## **2 A GÊNESE DO ESTADO MODERNO**

Por volta do século XV com a crise da sociedade feudal, entram em colapso as bases que mantinham a organização social na Idade Média. São vários os fatores que influenciam o surgimento de uma nova forma de organização social, elencamos quatro deles como de suma importância para esta ruptura são eles: o Renascimento, Protestantismo, os Descobrimentos e a Centralização<sup>2</sup>. A necessidade de um Estado centralizado surge da decorrência das bases materiais impostas pela expansão do comércio, sobre isso Huberman (1986, p. 59) explica que na Idade Média o comércio se baseava: “No regime de troca da velha economia natural, o comércio não tinha objetivos de lucros, mas sim de beneficiar tanto o comprador como o vendedor.”

Como explica Huberman (1986, p. 70),

[...] em fins da Idade Média, no decorrer do século XV, tudo isso se modificou. Surgiram nações, as divisões nacionais se tornaram acentuadas, as literaturas nacionais fizeram seu aparecimento, e regulamentações nacionais para a indústria substituíram as regulamentações locais.

Neste contexto inicia-se um movimento de unificação, pois para ter um comércio próspero são necessárias leis nacionais que permitam a livre circulação de mercadorias. Ainda recorrendo a Huberman (1986, p. 74): “Tornava-se cada vez mais claro também que o dinheiro só fluía para as arcas reais na medida em que o comércio e a indústria prosperavam”. Nessa direção ocorre um alinhamento entre o poder político e o poder econômico, pela

---

<sup>2</sup>Apenas apontamos as possíveis causas, dando ênfase simplesmente na necessidade de um Estado Centralizador, cuja base material assegure o bom andamento das relações comerciais.

justificação do poder absoluto do Rei que encontrará bases ideológicas no Direito Divino, ou na filosofia, a qual estará amparada em Thomas Hobbes.<sup>3</sup>

Porém, esta justificação não será suficiente, pois as condições materiais já eram outras. A burguesia além de dominar no século XVII os mercados, anseia agora pelo poder político.

Como enfoca Huberman (1986, p. 151)

A revolução<sup>4</sup> é feita e realizada por intermédio das camadas mais baixas da sociedade, pelos trabalhadores artesãos, pequenos comerciantes, camponeses, pela plebe, pelos infelizes, a que os ricos desavergonhadamente chamam de canalha e a que os romanos desavergonhadamente chamavam de proletários.

A burguesia liderou o movimento revolucionário para derrubar o poder da aristocracia. Saindo vitoriosa, torna-se classe dominante explorando os aliados que ora lutavam lado a lado. O Estado Burguês é fundado a partir das ideias da doutrina política e filosófica que se denomina Liberalismo, cujos princípios se assentam na liberdade, na defesa da posse da propriedade privada, na tolerância e no individualismo. Temos, no entanto, todo um arcabouço teórico para justificar o modelo de dominação do Estado proposto pela classe detentora do poder, no qual pautará um estado a partir do contrato social centrado nas relações de posse da propriedade privada. Porém, esse contrato é concretizado com o intuito de conciliar a liberdade do indivíduo com a necessidade de governar o coletivo.

Limitamo-nos a crítica do Estado Moderno fundado pela classe burguesa a partir dos escritos de Marx (2010), o qual desenvolve quatro teses em que se assenta o Estado Moderno. Na primeira tese, o autor enfoca que há uma dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil. O Estado tem como premissa o ordenamento da Sociedade Civil, contido por contradições entre a vida privada e a vida pública, elencando apenas como formal a vida pública. Na segunda tese, apresentamos o Estado como instrumento de dominação e a opressão da classe operária e, através das Leis (modo formal), legitima a dominação de uma classe sobre a outra, pois segundo Marx (2010, p. 22), “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis”. Assim o Estado está voltado para a defesa dos interesses dominantes. Na terceira tese o Estado é impotente para alterar a sociedade civil, pois os males sociais fazem parte da organização deste Estado onde todas as bases das relações sociais estão

---

<sup>3</sup> Para uma melhor compreensão da discussão sobre o Estado ver sua obra prima *Leviatã* ou RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. p. 51-78. In: WEFORT, F. C (Org.). **Os clássicos da política I**. São Paulo: Ática, 2008.

<sup>4</sup> O autor se refere à Revolução Francesa ocorrida a partir do ano de 1879.

assentadas nas bases materiais, **nas relações como se organiza o trabalho no Sistema Capitalista**<sup>5</sup>.

Ainda recorrendo a Marx (2010, p. 23) a atividade do Estado “só pode ser formal e negativa, uma vez que exatamente lá, onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa seu poder”. Decorre destas três premissas, a quarta tese “a extinção do Estado”, uma vez que, toda a concepção de Estado se assenta na propriedade privada. Marx reconhece que a emancipação política é um avanço em relação ao feudalismo, porém afirma que para uma verdadeira emancipação humana é necessária uma nova base material, ou seja, uma nova forma de organização do trabalho e, portanto, a extinção desta forma societária. Marx (2010, p. 29) explica que: “Na medida que a comunidade política tem sua matriz ontológica na forma capitalista de trabalho, ela é incapaz, por sua própria natureza, de permitir a plena realização de todos os homens”. Marx argumenta no sentido da ingenuidade de achar que o estado resolverá os problemas sociais, pois para superar estes problemas deve eliminar a si mesmo. Assim se cria apenas uma igualdade de direitos formais.

Recorremos novamente a Marx (1987-1988) que desvenda o conceito de mais-valia<sup>6</sup>, no qual se assenta todo o arcabouço da exploração do capitalismo. O sistema econômico está estruturado de maneira que a classe dominante possa explorar e manter-se um distanciamento da classe dominada. Portanto, a luta de classe é inerente à forma societária em que nos organizamos.

Com a não extinção do Estado, temos ao longo da história várias reformulações do capital, entretanto, sempre mantendo a clássica divisão entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas sua mão de obra para vendê-la.

Nas últimas décadas, temos o alinhamento do capital com o intuito de diminuir a pobreza extrema no planeta<sup>7</sup>, logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) foram criados vários organismos internacionais tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outros com o intuito de manter unido o Bloco Capitalista<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

<sup>6</sup> Para uma melhor compreensão ver Marx, (1987-1988) p. 110 - 111, e Huberman (1986) p. 218-220.

<sup>7</sup> Por esse motivo, as referidas políticas são sempre paliativas, pois nunca tocam no cerne do problema, que é a divisão do trabalho e acesso de todos a mais-valia, visa apenas manter o *status quo* da Elite.

<sup>8</sup> Neste período vamos ter o que ficou conhecido como Guerra Fria, porém não vamos adentrar nesta discussão, apenas mencionamos esta tensão gerada entre o Bloco Capitalista e o Socialista, influencia a comportamento do Capital.

### **3 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Os Organismos Internacionais surgem com a finalidade de dar sustentação ao sistema capitalista, inicialmente com o objetivo de reconstrução dos países devastados pela guerra. Dentre esses organismos destaca-se como figura expoente o Banco Mundial<sup>9</sup>, com uma política que se expande e restringe aos países devastados pela guerra.

Nas últimas décadas, como acenam Vior e Cerruti (2015, p. 113) ocorre uma: “[...] crescente intervenção dos organismos internacionais na definição de políticas na América Latina, a partir de meados do século XX”, essas intervenções estão presentes nas agendas das políticas nacionais. Vale destacar que esse processo de atuação dos organismos internacionais é marcado por tensões entre os organismos externos e internos e nem sempre se correlacionam de forma harmônica. Segundo Pronko (2015, p. 109-110)

[...] compreender a atuação do BM implica reconhecer o caráter não unilateral da sua intervenção, assim como o papel de mediação de governos e organizações da sociedade civil na adoção das suas orientações de política. Embora esses governos representem, em geral, os interesses de burguesias locais cada vez mais internacionalizadas e comprometidas com o capitalismo como modo hegemônico de produção da existência, a dinâmica e o caráter da relação entre o global e o local, como ponto de inflexão entre a divisão internacional do trabalho e a correlação de forças em âmbito nacional, não está dada: precisa ser construída e até disputada.

Os processos de reordenamento do capital a partir da década de 1970 e a ênfase no livre mercado asseguram uma nova configuração nas políticas públicas educacionais. O Banco Mundial terá papel preponderante na definição das Políticas na América Latina, segundo Mello (2015, p. 153)

Ele foi capaz de, ao longo da sua trajetória, alcançar legitimidade suficiente para que seus dados estatísticos se tornassem referência, seus funcionários e documentos circulassem nos governos, organizações não governamentais (ONGs), universidades e jornais de todo o mundo, com influência em diversas áreas e temáticas ligadas ao debate “guarda-chuva” do desenvolvimento que ele ajudou a consolidar.

O Banco Mundial pode ser considerado um importante ator político com poder de influenciar as tomadas de decisões no campo das políticas educacionais. Como detentor de capital não apenas financeiro, mas, capital intelectual, assessora a concepção e a execução das políticas educacionais. Segundo Vior e Cerruti (2015, p. 115) “[...] por meio de assessoria técnica, do condicionamento de políticas para a concessão de empréstimos, das prioridades

---

<sup>9</sup> Para um melhor entendimento ver Vior e Cerruti, 2015, p. 114.

concedidas a determinados objetivos e da formação sistemática de quadros técnicos e políticos [...]”. O alinhamento ideológico entre as políticas educacionais formuladas pelo Estado brasileiro e a ideologia propalada pelo Banco Mundial, tem ocorrido de forma pacífica e com maior ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Mello (2015, p. 156) explica que:

No caso da educação, nos anos 1990, o alcance de posições de poder por membros desse grupo – formado por intelectuais, professores universitários, especialistas em educação e *policymakers*, como é o caso dos já citados Claudio de Moura Castro e Paulo Renato Souza, mas também de Simon Schwartzman, José Goldemberg e Eunice Durham – criou condições sociais para que a agenda do Banco Mundial se confundisse com a do próprio governo brasileiro, com sinais claros de articulação. A convergência de agendas começa a chamar mais atenção à medida que essa *intelligentsia* ganha legitimidade política social, influencia na formulação de políticas públicas nacionais e exerce papel fundamental na acomodação e divulgação de ideias que, embora sugeridas pelo organismo, não eram estranhas aos seus interlocutores nacionais.

Segundo Mello (2015), a atuação do Banco Mundial na área da educação no Brasil começa com a ditadura militar pelos idos dos anos de 1970, com uma grande concentração de recursos aplicados na década de 1990. Nessa década, um novo grupo chega ao poder e constitui-se uma nova *intelligentsia* e, difunde a ideologia dos organismos internacionais nas esferas governamentais<sup>10</sup>. Esta *intelligentsia* tem papel preponderante no alinhamento político como enfatiza Mello (2015, 163) “Na gênese dos debates, chama a atenção o papel dessa *intelligentsia* na consagração dos argumentos em prol das reformas”. Ou seja, permitiu solidificar a parceria entre o Banco Mundial e o governo brasileiro.

Com a hegemonia do Banco Mundial no campo educacional,<sup>11</sup> há um intenso discurso humanitário a serviço da luta pela redução da pobreza e da necessidade da universalização da educação básica como alicerce da construção de uma sociedade mais solidária tolerante e inclusiva.

A partir desse discurso cria-se um novo *ethos* que justifica e naturaliza as ligações e influências dos organismos externos nas tomadas de decisões dos Estados Nacionais. As bandeiras de luta dos organismos internacionais são aceitas como ferramentas indispensáveis, algo adequado para as necessidades de enfrentamento da pobreza extrema que ameaça à lógica do capital. Esses sujeitos marginalizados confrontam a hegemonia burguesa, pois como aponta Huberman (1986) eles já não têm mais nada a perder tornam-se um perigo para quem exerce o poder.

<sup>10</sup> Ver Mello (2015), p. 156-164.

<sup>11</sup> Para um melhor aprofundamento na ideia de campo, Ver Bourdieu (2011).

O preço a ser pago pela burguesia para continuar no controle do Estado, foi uma reforma pífia que assegurou aos excluídos, direitos ínfimos para não se revoltarem. Assim, a burguesia se realoca e continua no poder. Para isto, permite de forma restrita, o acesso as políticas por parte dos grupos excluídos socialmente. Conforme Ferreira e Bogatschov (2016, p. 2)

O Estado passou a destinar políticas públicas específicas para grupos distintos a partir de parceria com a sociedade civil. Entra em cena, portanto, outro aspecto do conjunto de reforma do pacote de ajuste neoliberal proposto pelo Banco Mundial – a ideia de governança, um dos requisitos para a liberação de empréstimos.

A nova *intelligentsia* dissemina a ideia que a administração pública voltada para a eficiência, pautada nas boas relações entre governantes e governados resolveria os problemas que tangem a exclusão social nos países periféricos. Como acena Ferreira e Bogatschov (2016, p. 3)

Assim, diz que o investimento em educação, sobretudo no ensino fundamental (denominado pelo Banco de educação básica – primária e primeiro ciclo da secundária), aumenta a produtividade, melhora a saúde, reduz a fecundidade dos pobres e dota a população de condições de participar econômica e civicamente de forma plena da sociedade [...]

Segundo a ideologia dos organismos internacionais os investimentos maciços na educação básica seriam condições essenciais para redução da pobreza e um progressivo desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, com maior produção e distribuição de riquezas haveria maior inclusão social. O que certo modo manteria um certo distanciamento entre ricos e pobres sem enfrentamentos, pois reinaria em toda a sociedade a tão sonhada paz social.

Surge no cenário internacional uma série de documentos norteadores das políticas educacionais que defendem uma sociedade mais justa e igualitária, dentre eles destacamos a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), a Declaração de Nova Delhi (1993), a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Dakar (2000). Esses documentos têm um comum o caráter humanitário que mascara a face perversa do capitalismo em âmbito mundial. Os documentos formulados estão vinculados pela lei dos mercados que visam à lucratividade, ao apregoarem a formação de um sujeito pacífico adaptado à ordem material imposta pela ideologia dominante. A ênfase é num processo educativo aliado às regras do mercado e a defesa de políticas educacionais voltadas para a formação de sujeitos

conformados à lógica do capital. Assim, o Banco Mundial muda de foco e passa a fomentar políticas paliativas, como enfoca Pereira (2015, p. 28-29):

A partir de 1986, então, o *modus operandi* do ajuste passou a requerer a criação de programas paliativos de compensação social para aliviar, de maneira focalizada e a curto prazo, o impacto sobre as parcelas da população mais golpeadas e mais suscetíveis de apoiarem a oposição.

O Banco Mundial visando diminuir a pobreza prioriza um novo enfoque e reorienta sua atuação, focando nas forças produtivas. Como elenca Pronko (2015, p.95)

A nova diretriz do banco acentuou o investimento nas capacidades produtivas dos pobres, principalmente mediante projetos de desenvolvimento rural. Nessa estratégia, a educação era considerada uma ferramenta importante, o que pode explicar o crescente interesse do BM pela educação primária e pela educação não formal, assim como os progressivos aumentos dos empréstimos educacionais.

O Banco Mundial, ao balizar uma maior força produtiva acena para a possibilidade de uma Educação Para Todos, como medida compensatória para proteger o capital e aliviar as tensões sociais. Entretanto, a educação para todos não significa igualdade de condições, pois conforme Ciavatta (2002, p. 100) “As políticas sociais são o reconhecimento do caráter antissocial das políticas econômicas que estão ligadas ao caráter privado da apropriação da riqueza”. Nesse período, o Estado brasileiro coaduna com a formulação de novas leis para alinhar-se as políticas propostas pelo Banco Mundial.

#### **4 A LEI E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS**

Diante dos compromissos assumidos perante os Organismos Internacionais, o Governo brasileiro assume como uma meta de destaque o acesso universal à educação básica. Fontes (2015, p. 9) informa que “No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as pautas e agendas estabelecidas pelo Banco Mundial ao longo das últimas décadas foram internalizadas, expressando-se nas políticas setoriais e como condutoras de ação política do Estado”. Vários documentos a nível nacional são criados para dar sustentação à possibilidade de inclusão de todos os alunos ao sistema de ensino.

Dentre eles temos a Constituição Federal de 1988 que aponta a Educação como um direito de todos e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, cujos documentos passam a nortear as decisões e a sistematização das políticas da educação. Assim temos, em 1994, a

nova LDBEN que abarca a Educação Especial como um tema transversal que perpassa todo o Sistema de Ensino.

Apesar de estes documentos propiciarem o embasamento legal e terem se tornado referência, observa-se que o poder público, no que tange à Educação Especial, segue um caminho inverso, como nos aponta Dutra e Santos (2015, p. 3)

[...] nesse período<sup>12</sup>, o fortalecimento do sistema paralelo de educação especial formado por uma rede de instituições filantrópicas conveniadas, além da criação de escolas e classes especiais nas redes públicas de ensino, cuja característica central é o atendimento de estudantes com deficiência separados dos demais estudantes.

As políticas formuladas pelo Governo brasileiro reforçam a integração do aluno com deficiência. Conforme acena a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ao implantar em 1994 a Política Nacional de Educação Especial, restringe o ingresso à Escola Comum, pois, reforça um sistema paralelo e quando integra os alunos, segundo Mendes (2006, p. 391) “[...] seria o da mera colocação de pessoas consideradas deficientes numa mesma escola, mas não necessariamente na mesma classe”. Desta forma, não há um esforço por parte dos órgãos governamentais de se efetivar a inclusão, tem-se a falsa ideia de que alunos matriculados em classes especiais, dentro da própria escola comum, estariam participando plenamente do processo de inclusão.

Surge um movimento, a partir de 2003<sup>13</sup>, de enfrentamento da política governamental em prol da educação inclusiva, que promove um amplo debate e tenciona uma nova agenda na política educacional brasileira. Parafraseando Saviani (1999), nos remetemos há uma analogia à Lenin e sua teoria da Curvatura da Vara<sup>14</sup>. Este tensionamento entre escola comum e a escola especial, nos leva a outro paradigma que propõe uma inclusão total, como nos aponta Mendes, (2006, p. 394):

[...] que advoga a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima de sua residência, e a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial.

---

<sup>12</sup> Década de 1990.

<sup>13</sup> Temos neste momento a ascensão de um novo grupo ao poder, com isso as políticas voltadas para as minorias são mais explícitas, tencionando para a inclusão total dos alunos com deficiências no ensino comum.

<sup>14</sup> A metáfora consiste em que: “Para consertar uma vara torta não basta trazê-la para a posição correta. É necessário vergá-la para o lado oposto”, uma analogia criada por Lênin ao ser rotulado como extremista e radical por sua atuação durante a revolução da Rússia, em outubro de 1917, e que resultou na criação da União Soviética (1917 a 1991).

Na tentativa de romper com o modelo que se apoia numa perspectiva integracionista, são indispensáveis, alterações conceituais e organizacionais, pois a inclusão como nos assinala Voivodic (2004, p. 26):

[...] refere-se às intervenções necessárias para que a criança com necessidades especiais possa acompanhar a escola, sendo o trabalho feito individualmente com a criança e não com a escola; inclusão é o oposto, é um movimento voltado para o atendimento das necessidades da criança, buscando um currículo correto para incluí-lo.

Integração e inclusão, embora tenham um significado semelhante, são empregados para expressar situações de inserção diferenciadas e têm, em sua gênese, posicionamentos e metas diferenciadas. Desta forma, as políticas de inclusão avançam em termos da legislação vigente para superar as políticas integracionistas.

Em 2008, segundo Dutra e Santos (2015), a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva demarca uma nova forma de organização na educação brasileira, assegura o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiências. A Lei nº 12.764/2012, em seu artigo 7º, corrobora e institui penalidades ao gestor ou à autoridade competente que recusar a matrícula a alunos com deficiências. A educação inclusiva se faz valer por força da Lei.

Entretanto, a educação inclusiva, como enfoca Mendes (2006, p. 394), “seria sempre na classe comum, embora admitindo a possibilidade de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados.” Apesar das políticas desenvolvidas nos últimos anos em nível de Governo Federal optar por pressupostos teóricos da inclusão total, no Estado do Paraná como nos aponta Joslin (2012, p. 27)

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2006), há pelo menos três concepções de inclusão: Inclusão condicional, inclusão total ou radical e inclusão responsável.

Todas elas permeiam o Sistema de Ensino paranaense, pois ao se efetivar a política de inclusão perpassa pelo professor que interpreta a política segundo sua concepção de mundo, suas crenças, seus valores.

Nessa direção observamos que os documentos citados nessa reflexão têm um comum o caráter humanitário que mascara a face perversa do capitalismo em âmbito mundial, no caso do Brasil, vários documentos a nível nacional são criados para dar sustentação à possibilidade de inclusão de todos os alunos ao sistema de ensino.

## 5 CONCLUSÃO

As possibilidades de uma sociedade mais justa e igualitária, que permeiam os discursos dos organismos internacionais, se mostram insuficientes diante das estratégias utilizadas pelos mesmos pois, em suas propostas não tocam nos problemas centrais do modelo de organização societária que construímos. Como enfoca Ciavatta (2003, p. 101):

São políticas que visam minorar os efeitos da expropriação econômica e cultural que atingem as classes assalariadas (subempregados e desempregados), marginalizados, em diversos níveis, dos benefícios sociais propiciados pelo desenvolvimento das forças produtivas. São políticas pobres para os pobres.

Essas políticas são alavancas para manter o sistema operando sem entrar em colapso, pois permitem um alívio das mazelas geradas pela exploração de uma classe sobre a outra, em curto prazo. Além dessa possibilidade, ainda expande o mercado de consumo em partes ainda não exploradas pelo capital.

Uma das prerrogativas de se incluir pessoas com deficiências em salas de aula comuns é que isso onera menos o Estado, pois a inclusão social feita nas Escolas Especiais é apontada como menos viável. O Relatório do Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde, em 2011, aponta, segundo Ferreira e Bogatschov (2016, p.8) que: [...] “a escola inclusiva gera benefícios econômicos individuais e sociais. Isso porque a educação contribui para a formação do capital humano, **garantindo às pessoas com deficiência condições de empregabilidade**<sup>15</sup> e oportunidades sociais”.

De uma forma muito restrita, procuramos demonstrar os limites do Estado Burguês, diante das condições materiais impostas pelo ordenamento legal e como estas relações se abrigam no campo educacional. As políticas compensatórias efetivadas e estimuladas por governos e organismos internacionais refletem a lógica do capital, é importante na perspectiva defendida nessa reflexão não ter ilusões de que o Estado resolverá os males sociais. Apenas administrará doses homeopáticas para que a classe burguesa consiga manter-se no poder. Assim, se efetivam políticas públicas com discursos humanitários de diminuição da pobreza e igualdade de oportunidades, mas o que se revela, em uma análise menos aligeirada é apenas manter o *status quo*.

---

<sup>15</sup> Grifo nosso.

## **THE STATE AND EDUCATIONAL POLICES: THE HUMANITARIAN DISCOURSE OF INCLUDING PEOPLE WITH DISABILITIES**

### **ABSTRACT**

This work of theoretical nature aims to analyze the humanitarian discourse of including people with deficiency by the World Bank. At first we tried unravel the bases of support the modern state and to which class the state is to serve. With the new composition from forces capitalism creates new mechanisms of ideological domination and inclusion. Within the logic of the World Bank becomes if the largest financier in education, in the countries of Latin America, lending money and providing technical advice. Creates the necessary commissions for the emergence of a new ethos facing for on the improvement of competence and management and naturalize exploration and domination. The emphasis given in the last decades on the, poverty reduction and social exclusion are sued, are specific demands for their own survival on the organization soviet that we built. In this mount the educational polices disabled people in the common school. Having as premises an economic vies, claiming that the special school generate high costs and benefit a minority of students. However the emphasis and of a humanitarian discourse and equal rights and opportunities pointed by the World Bank and it's partners.

**Keywords:** state; Word Bank; including people with disabilities.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição 1988**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394)**. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, MEC/SECARDI, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso 26/05/2016

BOERDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CIAVATTA, Maria. A construção da democracia pós-ditadura militar. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DUTRA, C. P.; SANTOS, M. C. D. **O direito de todos à educação: avanços na política de educação inclusiva**. Fundação Perseu Abramo, 2015.

FERREIRA, G. M.; BOGATSCHOV, D. N. Análise da influência da UNESCO e do Banco Mundial na educação especial inclusiva brasileira. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 10.,

2016, Marília, SP. **Anais ...** Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

FONTES, V. Prefácio. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (orgs.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. São Paulo: LTC, 1986.

JOSLIN, M. F. A. **A política de inclusão em questão: uma análise em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. A produção da mais – valia. In: MARX, k. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987-1988.

MELLO, H. D. A. O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Orgs.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

PEREIRA, J. M. M. Poder, política e o dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Orgs.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Orgs.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, F. C (org). **Os clássicos da política I**. São Paulo: Ática, 2008. p. 51-78.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze testes sobre educação e política**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

VIOR, S.; CERRUTI, M. B. O. O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012). In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Orgs.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

Recebido em 26 de abril de 2017. Aprovado em 29 de maio de 2017.